

8 AGO 1983

Dívida Externa

JORNAL DO BRASIL

Diretora-Presidente: Condessa Pereira Carneiro

Vice-Presidente Executivo: M. F. do Nascimento Brito

Diretor: Bernard da Costa Campos

Diretor: J. A. do Nascimento Brito

Diretor: Walter Fontoura

Editor: Paulo Henrique Amorim

Capital de Risco

Qual o volume da dívida externa brasileira a médio e longo prazos, hoje? Cerca de 80 bilhões de dólares.

Se, até 1986, o Brasil contiver as importações virtualmente no mesmo nível do que se espera para este ano, e, ao mesmo tempo, aumentar as exportações, gerando superávits até 1986, que acontecerá com a dívida externa? Irá diminuir?

Não, ainda assim irá aumentar. A despeito de todo o aperto nas importações e de todo o esforço para acelerar as vendas externas, as probabilidades são de que por volta de 1986 a dívida externa tenha aumentado de 80 para 94 bilhões de dólares.

Isso ocorrerá porque o país deve realizar maciços desembolsos de juros e amortizações do principal devido. Como consequência, a cada ano serão necessários novos ingressos para contrabalançar o que sai.

Uma das formas de reduzir o endividamento financeiro, provocado pela tomada de empréstimos para repagar empréstimos, é aumentar o capital de risco que ingressa no país e aqui se fixa.

Não há alternativas para essa equação, fora de compressões ainda maiores nas importações e no consumo interno. Deve o Brasil pagar o preço de apertos ainda maiores?

Sem dúvida em algumas áreas críticas, como o petróleo e o consumo de combustíveis em geral, ainda há muita coisa a fazer. Mas a capacidade de comprimir é limitada, a menos que se corram sérios riscos de rompimentos na malha social.

Investimentos diretos de capital estrangeiro de risco — isto é, capitais que se fixam — são uma alternativa. Nada impede que o Brasil mobilize mais de um e meio bilhão de dólares por ano, como fez no passado quando se desenvolveram indústrias de base e de bens duráveis de consumo.

Não se pode, por exemplo, dizer que a indústria de automóveis é uma indústria “estrangeira”. As centenas de fornecedores de autopeças que circulam essa fonte de recursos e empregos é amplamente permeada por interesses nacionais. A diversificação do parque também permite que os interesses do governo brasileiro sejam defendidos.

O Brasil precisaria considerar, nessa questão, que há muito o capital estrangeiro deixou de ser agressivo, ou, para usar um termo corrente, “selvagem”. Países como a Grã-Bretanha, que chegaram a um estágio bem mais avançado de industrialização, hoje disputam a poupança estrangeira como complemento ao capital local. Singapura desenvolveu-se e se transformou em um dos cinco portos mais ativos no mundo graças à boa acolhida do capital externo. O termo “eurodólar” já é uma indicação de como os europeus consideram os capitais que flutuam em seus centros financeiros, e com que grau de interesse são tratados.

Para não ficar à margem desse processo, o Brasil precisa estimular a poupança externa a vir aqui e aqui se fixar. Um dos meios de chegar-se a esse objetivo é facilitar associações de capital nacional e estrangeiro para a exploração de empresas de interesse comum. Estamos em um processo de aguda competição internacional por recursos, ao contrário do período imediatamente posterior ao “choque do petróleo” de 73 em diante, quando os árabes não sabiam o que fazer com os petrodólares. A conjuntura é agora apertada, até com os países socialistas pressionando por mais recursos: Frear esse processo significa comprimir ainda mais o consumo interno ou criar as condições para uma desaceleração ainda maior nas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto.